

# **CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

## **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA - C E S P - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

Pelo presente instrumento particular, (a) CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 25, inscrita no C.G.C. sob nº 60.933.603/0001-78, neste ato legalmente representada pelos abaixo-assinados, doravante designada simplesmente "EMISSORA"; (b) SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Emílio de Menezes nº 01, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes (MF) sob o nº 50.657.675/0001-86, nomeada nesta escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76, representando a comunhão dos interesses dos debenturistas perante a EMISSORA, doravante designada simplesmente "AGENTE FIDUCIÁRIO", vêm celebrar a presente Escritura de Emissão de 153.000 Debêntures Simples da EMISSORA, doravante designada simplesmente "ESCRITURA", mediante as seguintes cláusulas, condições e características :

### **I.- DA AUTORIZAÇÃO**

A presente ESCRITURA é celebrada com base na aprovação da emissão deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 14 de janeiro de 1994, sendo que o respectivo extrato da ata foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 03.02.94.

### **II. - DOS REQUISITOS**

A presente emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos :

#### **1.- Registro na Comissão de Valores Mobiliários :**

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs 6.385/76, 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

#### **2.- Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária:**

A ata da Assembléia Geral Extraordinária, que aprovou a deliberação a respeito da emissão das debêntures, foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 8413/94-0, em sessão de 20.01.1994.

#### **3.- Registro da Escritura de Emissão :**

A ESCRITURA será registrada no 13º Cartório de Registro de imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76, e encaminhada ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE, de acordo com o exigido pelo artigo 4º da Portaria nº 408/67.

### **III.- DA EMISSÃO**

A presente emissão de debêntures não conversíveis em ações da Emissora, observará as seguintes condições e características:

*[Handwritten signatures and marks]*

INAE LOBO  
Chefe do Setor de Contratos  
GJCC

**1.- Data de Emissão :**

Para todos os efeitos legais, especialmente para o cálculo dos acréscimos financeiros e dos prazos de vencimento, a data-base da emissão das debêntures, doravante designada simplesmente "DATA DA EMISSÃO", será 01 de janeiro de 1994.

**2.- Volume total da emissão :**

CR\$ 49.775.031.000,00 (Quarenta e Nove Bilhões, Setecentos e Setenta e Cinco Milhões e Trinta e Hum Mil Cruzeiros Reais) na data da emissão.

**3.- Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário:**

Serão emitidas 153.000 (Cento e Cinquenta e Três Mil) debêntures com valor nominal unitário, na DATA DA EMISSÃO, de Cr\$ 325.327,00 (Trezentos e Vinte e Cinco Mil e Trezentos e Vinte e Sete Cruzeiros Reais).

**4.- Séries :**

A emissão será em uma ÚNICA SÉRIE.

**5.- Prazo e Data de Vencimento :**

As debêntures terão PRAZO de 5 (CINCO) anos, vencendo-se portanto, em 01/01/99

**6.- Forma e Tipo :**

As debêntures serão escriturais nominativas, não conversíveis em ações da EMISSORA.

**7.- Espécie e Garantia :**

As debêntures serão da ESPÉCIE com Garantia SUBORDINADA, conforme Artigo 58 da Seção II, Capítulo V da Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1.976.

**8.- Direito de Preferência:**

Não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos acionistas da EMISSORA.

**9.- Forma de Pagamento :**

O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

**10.- Negociação :**

A presente emissão de debêntures será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

INAC-BOBO  
Chefe de Setor de Contratos  
GJCC





## 11.- Atualização Monetária :

11.1.- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente, a cada mês, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), calculado pelo IBRE - Instituto Brasileiro de Economia da FGV, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, verificada entre o índice relativo ao mês da DATA DA EMISSÃO e o índice relativo ao mês da respectiva atualização monetária.

11.2.- A atualização monetária de quaisquer obrigações a serem liquidadas em datas intermediárias, ou seja, cuja liquidação não ocorra no primeiro dia útil de cada mês, será efetuada mediante a aplicação do índice de variação do IGP-M referente ao mês imediatamente anterior ao da atualização monetária calculado exponencialmente *pro-rata temporis* a partir do primeiro dia útil do mês em que ocorrer a efetiva liquidação da obrigação. A atualização prevista neste item será efetuada sobre o valor que for apurado, em moeda nacional, após a atualização monetária da obrigação realizada de acordo com o disposto no item 11.1 supra.

11.3.- Na hipótese de extinção do IGP-M ou se, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, este não puder ser utilizado como índice de atualização monetária nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o Índice Geral de Preços - coluna 2 - disponibilidade interna, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, calculado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade São Paulo. Caso pela superveniência de norma legal ou regulamentar, nenhum dos índices acima mencionados possa ser utilizado, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO definirão, de comum acordo e por escrito, qual será o novo índice aplicável à atualização monetária.

## 12.- Juros Remuneratórios e Prêmio :

12.1.- As debêntures pagarão juros de 12% (doze por cento) ao ano. O prêmio será preliminarmente estabelecido em 6 % (Seis Por Cento) ao ano. O valor final do prêmio, no entanto, será determinado em leilão na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, de acordo com o item 14 abaixo - Procedimento da Distribuição.

12.2 Fica desde já definido que o primeiro período de rendimentos das debêntures iniciar-se-á na DATA DE EMISSÃO das debêntures findando-se na data de Repactuação, ou seja, 01.01.95

12.3.- Os juros e prêmio, somados, serão calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, conforme o item acima - Atualização Monetária, e serão pagos anualmente, no primeiro dia útil após o término do período de rendimentos, de acordo com a seguinte fórmula :

$$S = [(1 + J/100 + P/100) - 1] \times 100$$

S = Juros e Prêmio expresso em percentual

J = Juros de 12% ao ano

P = Prêmio de 6% ao ano.

### 13.- Preço de Subscrição

13.1.- O preço de subscrição será definido em leilão e será, no mínimo, o valor nominal unitário, atualizado monetariamente, acrescido dos juros remuneratórios e do prêmio, calculados exponencialmente *pro-rata temporis* (base 360 dias) desde a DATA DE EMISSÃO, 01/01/94, até a data da subscrição e integralização de acordo com a seguinte fórmula :

$$PS = \left\{ 1.18 / [(J + Pr + 1)^{M/12} / (J + Pr + 1)^{(1/12)^{n/N}}] \right\} \times VNC$$

PS : Preço de Subscrição

J : Juro definido anteriormente, na forma decimal

Pr : Prêmio considerado para efeito de apuração do Preço de Subscrição, na forma decimal.

M : Número de meses a decorrer desde o mês da subscrição (inclusive) até o mês da repactuação (exclusive)

n : número de dias a decorridos entre o dia da subscrição, e primeiro dia do mês da subscrição;

N : Número de dias do mês da subscrição

VNC: Valor nominal atualizado monetariamente desde a data de emissão até a data da subscrição.

13.2.- Caso a subscrição e integralização ocorram em data diferente do primeiro dia útil de um mês, para atualização do valor nominal das debêntures, entre o dia primeiro do mês e a data da efetiva integralização, utilizar-se-á a variação do IGP-M do mês imediatamente anterior à subscrição, calculada exponencialmente *pro-rata temporis* para o período de dias em questão.

### 14.- Procedimento da Distribuição :

Para a colocação pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de 30/09/80. Nesse sentido, as debêntures desta emissão serão leiloadas na BOVESPA pelo valor de seu prêmio.

### 15.- Resgate Antecipado Facultativo e Prêmio de Reembolso :

As debêntures objeto desta emissão poderão ser resgatadas antecipadamente, sempre na sua totalidade, mediante pagamento em moeda corrente nacional. O resgate antecipado facultativo somente poderá ser efetuado mediante pagamento de prêmio de reembolso de 1% (Hum por cento) do valor total da emissão atualizado monetariamente, acrescido de juros e prêmio, *pro-rata temporis*, até a data do resgate. Para tanto a EMISSORA deverá comunicar o resgate aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, mediante publicação de aviso no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional. O resgate antecipado se dará necessariamente no primeiro dia útil do mês. Na ocasião do resgate serão pagos juros e prêmio acumulados desde o último pagamento.

### 16.- Aquisição Facultativa :

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debênture em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de juros remuneratórios e prêmio, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou alienadas em mercado.

*Handwritten signatures and initials.*

## 17 = Resgate Obrigatório (Opção de Venda dos Debenturistas)

A EMISSORA se obriga a resgatar a totalidade das debêntures em circulação, relativas à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições de quaisquer repactuações, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de juros e prêmio (se houver).

## 18.- Local de pagamento :

Os pagamentos referentes ao valor nominal das debêntures, atualização monetária, juros, prêmio de reembolso, a que fazem jus as debêntures escriturais objeto desta ESCRITURA, serão efetuados pela EMISSORA, através do SISTEMA DA CENTRAL DE CUSTÓDIA E DE LIQUIDAÇÃO DE TÍTULOS - CETIP, ou na sede da Emissora ou Instituição Depositária de Custódia, na hipótese de o debenturista não estar vinculado ao Sistema.

## 19.- Prorrogação de prazos :

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

## 20.- Multa e Juros de Mora :

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da atualização monetária, juros remuneratórios e prêmio conforme itens 11 e 12 supra, calculados exponencialmente pro-rata temporis desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

## 21.- Decadência dos Direitos aos Acréscimos :

Sem prejuízo do disposto no item 19 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela EMISSORA, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta ESCRITURA, não lhe dará o direito ao recebimento de juros, prêmios e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

## 22.- Vencimento Antecipado :

22.1.- O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal das debêntures em circulação atualizado monetariamente, acrescido dos juros e do prêmio, calculados pro-rata temporis por dias decorridos do último pagamento, mediante carta protocolada dirigida à EMISSORA com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguinte eventos :

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global ultrapasse o equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos) calculados pela média entre as taxas de venda e compra da moeda norte-americana pelo câmbio comercial, informadas pelo Banco Central do Brasil através do sistema SISBACEN, às 13:00 horas do dia em questão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;

(b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, se cabível.

INAE LOBO  
Chefe de Setor de Contratos  
GJCC

*[Handwritten signatures]*

(c) falta de cumprimento, pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta ESCRITURA, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

(d) decisão judicial determinando o vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da EMISSORA de valor superior ao equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) calculados pela média entre as taxas de venda e compra da moeda norte-americana pelo câmbio comercial, informadas pelo Banco Central do Brasil através do sistema SISBACEN, às 13:00 horas do dia em questão; e/ou

(e) futura (s) emissão (ões) de quaisquer valores mobiliários, pela EMISSORA, que possa prejudicar, a critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, a PERMUTABILIDADE prevista no item 25 abaixo.

22.2.- A EMISSORA solicitará ao AGENTE FIDUCIÁRIO a convocação, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da realização da (s) emissão (ões) nos termos descritos no item 22.1. (e) supra, de Assembléia dos Debenturistas para deliberar a respeito da operação pretendida.

22.3.- A Assembléia dos Debenturistas, convocada e realizada nos termos do disposto no Capítulo VII desta ESCRITURA, reunir-se-á para deliberar, pelo voto da maioria das debêntures em circulação, a aprovação, ou não, de emissão (ões) de valores mobiliários que possa (m) prejudicar a permutabilidade, conforme disposto no item 22.1. (e) supra.

## 23.- Publicidade :

Todos os atos e decisões relevantes definidos pela CVM e decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesse dos debenturistas, deverão ser publicados na forma de "aviso aos debenturistas" no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional".

## 24.- Vencimento Final :

Por ocasião do vencimento final da Emissão , a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das debêntures pelo seu valor nominal atualizado monetariamente e acrescido dos juros e prêmio.

## 25.- PERMUTABILIDADE:

Cada debênture poderá ser permutada por ações preferenciais, sem direito a voto, do capital social da Companhia Paulista de Força e Luz - C P F L, a qualquer tempo, à opção dos debenturistas, a partir da data de subscrição, nas seguintes quantidades e condições:

25.1 No primeiro período de repactuação, cada Debênture poderá ser permutada por 19.000 ações preferenciais . Nos períodos de repactuação seguintes, a quantidade de ações preferenciais passível de ser permutada por debênture, será reduzida em percentual idêntico ao concedido no período imediatamente anterior a título de Juros e Prêmio.

25.2. As quantidades estipuladas no item anterior, serão ajustadas sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

25.3. Caução - Para assegurar a permuta das debêntures por ações preferenciais de emissão da Companhia Paulista de Força e Luz C P F L, a EMISSORA ofereceu e constituiu, a favor dos debenturistas desta emissão, garantia consubstanciada em caução de ações como segue :

A EMISSORA, tendo a propriedade, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, de 2.907.000.000 (Dois Bilhões, Novecentos e Sete Milhões ) ações preferenciais, sem direito a voto, de emissão da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, caucionou essas ações aos debenturistas nos termos do artigo 39, I, da Lei 6.404/76.

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.*

25.3.1. A presente caução subordina-se, ainda, às seguintes condições:

- A caução das ações descritas integra a escritura de emissão das debêntures fazendo com que esta produza seus efeitos de direito.
- Farão parte da presente garantia pignoratícia todos os desdobramentos e bonificações às ações caucionadas.
- Será permitido à EMISSORA, outrossim, efetuar todas as subscrições por aumento de capital da sociedade emissora das ações caucionadas, ficando, entretanto, obrigada a comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO sua eventual renúncia à preferência na subscrição das ações.

25.3.2 Desde já fica avençado que a permuta da debênture por ações preferenciais, de emissão da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, implicará, automaticamente, no cancelamento da respectiva debênture e na perda do direito à percepção dos juros e prêmio incorridos desde a data da emissão ou da data do último vencimento de juros e prêmio (quando já houver ocorrido algum vencimento de juros e prêmio) até à data em que for solicitada a mencionada permuta.

25.4. A EMISSORA está autorizada a liberar da caução ora efetuada, a partir de 01.01.95, as quantidades de ações preferenciais de emissão da CPFL, porventura ainda não permutadas, excedentes ao número máximo de ações que poderá ser objeto de permuta pelas debêntures, conforme item 25.1 desta cláusula.

#### IV.- OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

1.- São também obrigações da EMISSORA, fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- (b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 60/87, alterada pela Instrução CVM nº 73/87, nos prazos previstos nos artigos 16 e 17 da citada Instrução; e
- (d) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada.

2.- A EMISSORA obriga-se ainda a:

- (a) proceder à adequada publicidade dos dados econômicos-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (b) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;
- (c) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (d) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 30 (trinta) dias;
- (e) não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202, de Lei nº 6.404/76, nem qualquer outras participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, juros e/ou prêmio, relativos às debêntures objeto desta ESCRITURA, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora;

*Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.*

(f) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções CVM nº 60 de 14 de janeiro de 1.987 e 73 de 22 de janeiro de 1987;

(g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(h) manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço;

(i) envidar todos os esforços junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO, CETIP, agente depositário das debêntures escriturais e/ou quaisquer outros, de forma a assegurar o perfeito funcionamento do disposto no item 25 da Cláusula III, deste instrumento.

(j) caso venha a emitir ou lançar títulos de compra e venda a termo de energia elétrica, com condições mais vantajosas, dar tratamento pari passu às debêntures emitidas nos termos desta ESCRITURA.

## V.- DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1 - A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente ESCRITURA, SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA, supra qualificado, o qual, neste ato, e na melhor forma de direito, de acordo com a INSTRUÇÃO CVM Nº 28 de 23.11.83, aceita a nomeação para, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 66, da lei nº 6404/76 e da presente ESCRITURA, representar a comunhão dos debenturistas perante a EMISSORA.

1.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas de Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do Artigo 66, da Lei nº 6404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições; e
- d) não ter ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.

1.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente ESCRITURA ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou final de período.

1.3. Serão devidos pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

1.3.1 05 (cinco) parcelas semestrais iguais, equivalentes a CR\$1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil cruzeiros Reais) sendo a 1ª (primeira), na assinatura do Contrato entre a EMISSORA e a SLW - CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA, e as demais respectivamente em 180 (cento e oitenta) dias, 360 (trezentos e sessenta) dias, 540 (quinhentos e quarenta) dias e 720 (setecentos e vinte) dias, da data da assinatura do contrato entre a EMISSORA e a SLW - CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

1.3.2 A 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, citadas ao item 1.3.1, serão reajustadas pela variação do IGP-M/F.G.V, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, correspondida entre o mês-base e o mês do vencimento da obrigação.

1.3.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência do item 1.3, desta cláusula V, os débitos em atraso serão corrigidos monetariamente pela variação diária da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), compreendida entre a data do vencimento da obrigação e de sua efetiva quitação, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 32117 de 10.08.90, e modificações legais que eventualmente surgirem.

INAEL LOBO  
Chefe de Seção de Contratos  
GUC

Chad

h



1.3.4 Na hipótese da presente emissão não ocorrer, por quaisquer motivos, a remuneração prevista nesta cláusula não será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

## 2.- Substituição

2.1.- Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuarla, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

2.2.- Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

2.3.- É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

2.4.- A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

2.5.- A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento desta ESCRITURA, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

2.6.- O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta ESCRITURA ou do eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

2.7.- Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

## 3.- Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO :

3.1.- Constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos dos Artigos 12 a 19 da Instrução CVM Nº 28 de 23 de novembro de 1.983, além de outros previstos em lei.

(a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da presente ESCRITURA e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

*Chad - ji*

(f) acompanhar as observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da EMISSORA;

(i) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário auditoria extraordinária na EMISSORA;

(j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações e respeita outras regras relacionadas à publicação constantes desta ESCRITURA;

(k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da lei nº 6.404/76, do qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações :

(1.1.) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(1.2.) alterações estatutárias da EMISSORA ocorridas no período;

(1.3.) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;

(1.4.) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

(1.5.) resgate e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

(1.6.) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(1.7.) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA;

(1.8.) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

(m) colocar o relatório de que trata a letra (l) acima, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

(m.1) na sede da EMISSORA;

(m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

(m.3) na CVM;

(m.4) nas instituições que liderarem a colocação das debêntures;

(m.5) nas bolsas de valores, quando for o caso;

(n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta ESCRITURA, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a disposição nos locais indicados na letra "m";

(o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(p) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas nesta ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM.

#### 4.- Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

4.1.- O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

(a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

(b) executar a garantia outorgada, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;

(c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e

(d) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

4.2.- O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a", do item 4.1. acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente emissão.

4.3.- O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas letras "a" a "d", do item 4.1. acima se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na letra "d" do item 4.1., acima.

#### 5.- Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que este tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.2. O ressarcimento a que se refere o item 5.1. acima, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.3. As despesas a que se refere este item 5 compreenderão, inclusive, as seguintes :

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta ESCRITURA, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

*Handwritten signature and initials*

*Handwritten signature and initials*

INAC LOBO  
Chefe do Setor de Contratos  
G.I.C.C.

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.4.- O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha para proteger direitos e interesse ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item 5, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## VI.- RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédio ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## VII.- ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1.- Os titulares das debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2.- A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3.- Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

4.- A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

5.- Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6.- Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7.- Quaisquer modificações nas condições da debêntures objeto desta ESCRITURA, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação. Para efeito da constituição do quórum a que se refere este item, serão excluídas do número de debêntures, as pertencentes à EMISSORA.

## VIII.- DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a ESCRITURA e a ata da assembléia geral extraordinária, bem como os custos com a publicação do extraído desta última na forma da lei.

## IX.- PUBLICAÇÕES LEGAIS

Sem prejuízo da obrigação assumida pela EMISSORA no item 23 supra - Publicações, cláusula III DA EMISSÃO, todas as publicações legalmente exigidas da EMISSORA são e deverão continuar a ser feitas no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo".

## X.- DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## XI.- DO FORO

Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ESCRITURA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente ESCRITURA, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.



São Paulo, 23 de fevereiro de 1994.

**LUIZ WAISSMANN**  
Diretor Administrativo

CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO



**Carlos Schach**  
Diretor Administrativo

AGENTE FIDUCIÁRIO:

Testemunhas:

1.-

Nome: **EDSON TOKUO HISSATSUGUI**  
R.G.: **2.772.405**

2.-

Nome: **EVINIO BIGNARDI JUNIOR**  
R.G.: **4.848.239**

11º Cartório - Subdistrito de Santa Cecília  
Rua Conselheiro Brotero, 577 - SP - Fone: 67-2642

Reconheço, por assinatura, as firmas dos PEDRO SYLVIO NEIL e ALBERTO RAPHAEL HANOUN LEVY, as quais confero com os padrões depositados no cartório, em São Paulo, 23 de fevereiro de 1994.

Em testemunha da verdade,  
Firma 396,47 Rec. 396,47 Total 792,94

11º CARTÓRIO  
☐ FERNANDO ALVES  
☐ TEREZINHA S. V. NAYAN  
☐ MÁRCIA TELES VASCON  
☐ SÉRGIO PAULO DE ARAÚJO